

## **A EDUCAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL NA ADMINISTRAÇÃO POPULAR DE FORTALEZA (1986-1988): UMA ANÁLISE CRÍTICA A PARTIR DA HISTÓRIA DAS IDEIAS PEDAGÓGICAS NO BRASIL**

Vitoria de Jesus Gomes Pereira<sup>1</sup>

Vinícius Alves Cardoso<sup>2</sup>

Maryland Bessa Pereira Maia<sup>3</sup>

<sup>1</sup> Universidade Estadual do Ceará, Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iguatu, Iguatu, Ceará, Brasil, [vitoria.jesus@aluno.uece.br](mailto:vitoria.jesus@aluno.uece.br)

<sup>2</sup> Universidade Estadual do Ceará, Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iguatu, Iguatu, Ceará, Brasil, [vinicius.cardoso@aluno.uece.br](mailto:vinicius.cardoso@aluno.uece.br)

<sup>3</sup> Universidade Estadual do Ceará, Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iguatu, Iguatu, Ceará, Brasil, [mary.bessa@uece.br](mailto:mary.bessa@uece.br)

### **Resumo**

A educação pública municipal na Administração Popular de Fortaleza (1986-1988) é o objeto de nossa análise. Para tal, partimos, especialmente, da produção de Calixto (2002), enquanto fonte histórica secundária, complementada pelos trabalhos de Farias (2015) e Silva (2024), através de pesquisa bibliográfica. Com esteio no materialismo histórico-dialético enquanto método e tomando para confronto com os achados a obra de Saviani (2008), identificamos as greves e paralisações docentes; a valorização da escola pública como importante instrumento a serviço das classes marginalizadas desde o ideário pedagógico da educação popular; e a participação popular na construção da política educacional e na direção da escola ocorridas nesse período, desde as contradições e possibilidades da realidade fortalezense, como *expressão* das ideias pedagógicas assumidas pelos governos de esquerda no Brasil durante o mesmo período.

**Palavras-chave:** História da educação. Pedagogias contra-hegemônicas. Maria Luiza Fontenele. Fortaleza (CE). Educação popular.

### **Introdução**

O mandato de Maria Luiza Fontenele voltou ao debate através de nova exibição do documentário “Prefeita” no “Cineteatro São Luiz”, em Fortaleza - CE, no último doze de março de 2026 (Secult, 2026). Primeira mulher eleita para a prefeitura da capital de um estado brasileiro, Maria Luiza coordenou a gestão do executivo fortalezense durante 03 anos, 1986 a 1988, pelo Partido dos Trabalhadores (PT), em um processo de tensões e disputas, tanto com as elites econômicas que sempre controlaram a política cearense, quanto com alguns setores da esquerda (Calixto, 2002, p. 55).

Eleita como expressão da “participação popular” das periferias da capital cearense, das greves de servidores públicos, dos movimentos populares contra a Ditadura Militar e das Comunidades Eclesiais de Base, a “Administração Popular de Fortaleza”, sob direção da prefeita Maria Luiza, assumiu-se “oposição ao poder maior da sociedade [...] com possibilidade de influir e definir políticas públicas a favor das camadas populares” para, assim, “construir o novo com o povo” (Prefeitura Municipal de Fortaleza, 1987c, p. 02 *apud* Calixto, 2002, p. 88).

Entretanto, “dificuldades político-administrativas como falta de recursos financeiros, greves contínuas, divergências internas no PT [...]”, impediram que este projeto popular se efetivasse (Calixto, 2002, p. 91). Farias (2015, p. 521) destaca, nessa perspectiva, como “os prefeitos não tinham autonomia para gastos”, posto que, de acordo com a “Constituição de 1967” em vigor, os recursos financeiros municipais deveriam vir dos “executivos estadual ou federal”. Maria Luiza, desse modo, conduziu a Administração Popular sem orçamento público, sem apoio no executivo estadual, no legislativo municipal e também com fortes divergências no campo político da esquerda (Farias, 2015).

Ainda, por ser mulher, mãe solo e “desquitada”, a prefeita enfrentava forte “violência política de gênero” tendo, várias vezes, seu compromisso político com o socialismo e a inviabilização econômico-política enfrentada por sua gestão associadas ao seu “ser mulher” em um espaço de poder *tradicionalmente* masculino (Silva, 2024, p. 128; Farias, 2015, p. 521). Vale ressaltar também com Farias (2015, p. 521) certa inexperiência por parte da esquerda quanto às burocracias da máquina pública brasileira, dado o pioneirismo no exercício do poder após a Ditadura Militar, notável pelo “despreparo” de “vários secretários” das pastas do município.

A educação pública municipal, nesse sentido, ao mesmo tempo em que se promoveu através de espaço coletivo para construção de propostas e projetos, com ampla participação de professores e comunidades periféricas, ou que viu aprovado o “piso salarial” dos docentes, amargou “greves” destes pelo atraso no pagamento de seus vencimentos, seja da gestão anterior, seja da gestão em questão, bem como lentidão na implementação da política educacional e, também, “alta rotatividade” dos secretários, com denúncias públicas, inclusive, de atitudes autoritárias por parte de alguns destes (Calixto, 2002, p. 84; p. 80; Farias, 2015).

Essas contradições encontram-se, a nível nacional, conforme Saviani (2008, p. 414), na década em que a Ditadura Militar chega ao fim, a década de 1980, e na qual articulam-se em luta as classes sociais “dominantes” e “dominadas” pela chamada “transição democrática”. As primeiras, em luta por reformas limitadas na estrutura de governança que lhes garantisse a manutenção da formação social brasileira de exploração; as segundas, na luta e organização pela democracia real que implica transformação radical da sociedade brasileira (Saviani, 2008).

Quanto à História das ideias pedagógicas no Brasil na década mencionada, de acordo com a obra de Saviani (2008, p. 402; p. 407; p. 415), a criação de sindicatos e o amplo número de greves indicam “organização e mobilização do campo educacional”, enquanto, através de periódicos, conferências e seminários nacionais, os educadores buscavam construir “propostas pedagógicas” opostas à política educacional oficial, propostas “transformadoras” ou “contra-hegemônicas”, para realizá-las quando conquistassem algum poder na estrutura estatal, caso da Administração Popular de Fortaleza.

Desta feita, questionamo-nos: quais relações podemos estabelecer entre a educação pública municipal na Administração Popular de Fortaleza (1986-1988) e a História das ideias pedagógicas no Brasil (Saviani, 2008)? Assim, objetivamos analisar a educação pública municipal na Administração Popular de Fortaleza (1986-1988) a partir da “História das ideias pedagógicas no Brasil”, de Dermeval Saviani (2008). Além desta Introdução, o artigo conta com a Metodologia; o Desenvolvimento, dividido em três partes, a saber: Organização popular em disputa; Educação Popular para uma Administração Popular; Administração Popular da escola pública; em seguida, as Conclusões; e, por fim, as Referências.

## Metodologia

Nosso trabalho encontra esteio no materialismo histórico-dialético, tal como o concebe Saviani (2008, p. 3) em relação à história enquanto “reconstrução, por meio de ferramentas conceituais (categorias), de relações reais (...)”. Para identificar como se expressou a realidade educacional pública na Administração Popular de Fortaleza recorreremos à “pesquisa bibliográfica”, que, como define Gil (2002), se faz “com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Recorreremos, assim, às teses e dissertações enquanto fontes secundárias, quais sejam, aquelas que já selecionaram, de acordo com seus pressupostos teóricos, os dados apresentados uma fonte primária (Saviani, 2008).

Desta feita, iniciamos a pesquisa em bases de dados, elegendo para tal a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Usando os descritores: “Administração Popular de Fortaleza” e “Maria Luiza Fontenele”, encontramos na BDTD, aos 22 de março de 2026, doze (12) trabalhos. Destes, selecionamos inicialmente aqueles que se relacionavam, já no título, à Administração Popular de Fortaleza ou à pessoa Maria Luiza Fontenele, totalizando conforme apresentamos no quadro abaixo. Em tempo, a ordem de apresentação segue a ordem em que os trabalhos apareceram referida base de dados.

| QUADRO 01 – ADMINISTRAÇÃO POPULAR DE FORTALEZA E MARIA LUIZA FONTENELE NA BDTD |                                                                                                                |                   |                  |
|--------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------|------------------|
| Autor(a)                                                                       | Título                                                                                                         | Ano de publicação | Tipo de trabalho |
| Braga Neto                                                                     | O Diário do Nordeste sobre a administração popular de Fortaleza: palavras de oposição                          | 2011              | Dissertação      |
| Calixto                                                                        | Memória e narrativa: a história da educação da Administração Popular de Fortaleza (1986 – 1988).               | 2002              | Dissertação      |
| Brilhante                                                                      | Um passado em traços: charge e a produção de sentidos sobre a "administração popular" de Fortaleza (1985-1988) | 2011              | Dissertação      |
| Silva                                                                          | Violência política de gênero: a gestão de Maria Luíza em Fortaleza-CE (1985-1988)                              | 2024              | Tese             |
| Freire                                                                         | Maria Luiza Fontenele: educação e inserção política                                                            | 2017              | Dissertação      |
| Ramkrapes                                                                      | Histórias do movimento feminista no Ceará : Célia Zanetti, Rosa da Fonseca e Maria Luiza Fontenele             | 2017              | Dissertação      |

**Quadro 01.** Trabalhos selecionados frente aos encontrados na BDTD sobre a Administração Popular de Fortaleza e Maria Luiza Fontenele.  
Elaboração: Os autores (2026).

Após leitura inicial do resumo de cada produção e, quando necessário, também da metodologia, escolhemos a dissertação de Calixto (2002) como principal fonte para nossa pesquisa, por tratar explicitamente da história da educação na Administração Popular de Fortaleza, isto é, dos encaminhamentos e práticas pedagógicas da educação pública no período administrativo em questão.

Aqui, consideramos com Saviani (2008, p. 6) as “ideias pedagógicas” como a orientação da “prática educativa”, “ideias educacionais” em ato educativo. Nesse sentido, concentramo-nos especialmente nos relatos de acontecimentos trabalhados por Calixto (2002), desde as “fontes primárias”, como matérias de jornais ou relatórios de Seminários populares (Saviani, 2008, p. 5).

Ainda, o trabalho de Silva (2024) nos pareceu pertinente para apresentar, pela produção autoral de uma mulher, mesmo que brevemente, a questão de gênero que envolveu a Administração Popular. Por fim, a título de complementação de fatos ocorridos no contexto estudado, em uma dinâmica histórica mais ampla, qual seja, o conjunto da História do Ceará, a obra de Farias (2015) passou a fazer parte de nosso estudo.

Assim, articulamos a realidade educacional de Fortaleza com as ideias pedagógicas a nível nacional, na década de 1980, conforme Saviani (2008), o desenvolvimento do trabalho, de acordo com o que segue: a) Organização popular em disputa: movimentos grevistas de

professores frente à “Organização e mobilização do campo educacional” (Saviani, 2008, p. 402); b) Educação popular para uma Administração Popular: ideário pedagógico da educação popular frente ao desenvolvimento das propostas pedagógicas “contra-hegemônicas” (Saviani, 2008, p. 415); c) Administração popular da escola pública: descentralização do poder na escola frente às “dificuldades de se implantarem propostas de transformação educacional” (Saviani, 2008, p. 412).

## Organização popular em disputa

Ao assumir a Prefeitura Municipal de Fortaleza, em janeiro de 1986, Maria Luiza e sua Administração Popular precisavam enfrentar o atraso do 13º salário (referente ao ano anterior) dos servidores públicos municipais, e, dentre estes, os da educação (Calixto, 2002). Nesse sentido, Calixto (2002, p. 84) destaca que, ainda no primeiro semestre de 1986, sendo Dilmar Miranda o Secretário Municipal de Educação (sucendo Padre Haroldo), foram deflagradas “duas paralisações” de professores, motivadas tanto pelo atraso no vencimento de janeiro do ano corrente, além do 13º atrasado da gestão anterior, quanto pelo “pagamento do piso salarial”, piso salarial adquirido já na Administração Popular.

No ano seguinte, 1987, com o professor Manoel Couto à frente da Secretaria Municipal de Educação, Calixto (2002, p. 86) relata a ocupação do prédio da referida Secretaria pelos docentes a ela vinculados, e o confinamento do secretário, pressionando a entrega dos contracheques aos servidores que acumulavam atraso salarial de “três meses”. Esses dois casos expressam como a relação da Administração Popular com os professores foi profundamente marcada pela tensão do atraso salarial.

Os governadores estaduais do período entre 1986-1988 praticamente asfixiaram a Administração Popular. Sendo os responsáveis por garantir o orçamento das municipalidades, como mandava a “Constituição de 1967” vigente, conforme aponta Farias (2015, p. 521) agiram pela ausência e/ou morosidade nos repasses financeiros necessários aos cofres do município. Um cruel “boicote”, orquestrado pelas “classes dominantes cearenses”, quais sejam, os coronéis e os empresários, representados à época por “Gonzaga Mota” e “Tasso Jereissati” (Farias, 2015, p. 521).

Entretanto, Maria Luiza e sua equipe não encobriram a crise financeira causada pela “centralização dos recursos financeiros na esfera do Estado e da União”, nem ficaram indiferentes à situação do serviço público municipal e, em particular, dos professores (Calixto, 2002, p. 101). Um exemplo desse posicionamento é a convocação da prefeita à luta coletiva, para além das demandas corporativas, por uma (nova) sociedade, sem exploração e manutenção

do poder das elites, que deve iniciar pela cobrança popular das autoridades do executivo estadual e nacional, como se pode ver em nota emitida n'O Povo, após o mencionado caso de 1987:

[...] não há contradições entre a luta pelos interesses dos professores e a luta dessa mesma administração por recursos financeiros. [...] só a população, servidores e administradores municipais mobilizados têm força política capaz de implementar as mudanças na nossa estrutura econômica/política/social. (O Povo, 1986, p. 03 *apud* Calixto, 2002, p. 87).

Saviani (2008, p. 404) analisa esse “fenômeno das greves”, ocorrido intensamente em todo o Brasil na década de 1980, como parte das “ambiguidades” na “organização dos profissionais da educação”. Isso porque o foco no “aspecto econômico-corporativo”, por vezes, colidiu com a defesa da escola pública, chegando, inclusive, a penalizar a “formação” dos filhos das “classes populares” pelo prolongamento nas paralisações docentes (Saviani, 2008, p. 404).

Há sempre que se considerar também, mesmo frente à complexidade em atrasos salariais durante um governo popular, os “sérios obstáculos representados pelos interesses excludentes” em nosso país, que inviabilizam “experiências” como essas, nitidamente opostas às estruturas sociais injustas e desiguais (Saviani, 2008, p. 407). Mesmo nem sempre tendo sucesso ao acionarem a tática de denunciar a divisão social de classe no Brasil e, em específico, no Ceará, como principal causadora de crises, aqui, a crise do atraso salarial, os governos populares, como no caso da Administração Popular, mantiveram-se firmes no compromisso com a classe trabalhadora, firmando a defesa de “uma política educacional superadora das desigualdades” (Saviani, 2008, p. 407).

## Educação popular para uma Administração Popular

Desde o primeiro secretário municipal de educação, Padre Haroldo, que esteve à frente da Secretaria apenas um “mês e meio”, de acordo com Calixto (2002, p. 82), a “educação popular” se pautou como ideário pedagógico da nova Administração. No secretariado de Dilmar Miranda, ainda em 1986, a Prefeitura assumiu “convênio (...) com a Fundação Educar”, a fim de implementar a “Educação Popular” pela alfabetização de “12 mil” pessoas, com idade acima de “15 anos” (Calixto, 2002, p. 84). Foi, porém, com Manoel Couto na direção da Secretaria que o “Plano Operativo para a Educação Municipal de Fortaleza”, e, dessa forma, a educação popular enquanto proposta pedagógica oficial, entrou em vigor (Prefeitura Municipal de Fortaleza, 1988 *apud* Calixto, 2002, p. 92).

Antes, porém, do Plano Operativo, é necessário destacar com Calixto (2002, p. 89) as propostas para a educação pública desde a educação popular sistematizadas nos seminários “*Fortaleza da Gente*”. Assembleias de “intelectuais, associações de moradores e sindicatos”, os seminários,

pela diversidade e representatividade de seus participantes, oportunizaram tanto análise da realidade fortalezense quanto construção da “plataforma de governo”, em 1985, e do plano de ação da Administração Popular de Fortaleza, em 1986 (Calixto, 2002, p. 89).

Nesse contexto, no que diz respeito ao ideário pedagógico, isto é, conforme Saviani (2008, p. 401), à orientação do “processo de ensino-aprendizagem”, os participantes do II Seminário Fortaleza da Gente apresentaram a necessidade de “um perfil de educação popular a ser adotado pela Secretaria de Educação do Município” e defenderam uma “nova metodologia no processo de alfabetização, dentro dos parâmetros de uma educação popular, [...] nos princípios de Paulo Freire.” (Prefeitura Municipal de Fortaleza, 1986 *apud* Calixto, 2002, p. 91).

O processo de concretização dessas demandas através do Plano Operativo passou também pela publicação do documento “Educação Municipal: Diretrizes para uma reflexão”, “produzido com a colaboração dos professores [...] da Universidade Federal” do Ceará (Calixto, 2002, p. 92). Desenhava-se aí como “filosofia de trabalho”, isto é, como concepção de ser humano e de sociedade para a política educacional, uma “educação democrática e libertadora [...] solidária [...] transformadora da ordem social”, comprometida com a emancipação das “classes populares” (Prefeitura Municipal de Fortaleza, 1987, p. 02 *apud* Calixto, 2002, p. 96).

Finalmente, o “Plano Operativo para a Educação Municipal de Fortaleza” é a síntese prática desse ideário pedagógico, em suas “três metas”: “1. A universalidade do ensino básico; 2. A melhoria da qualidade de ensino; 3. A democratização das relações de poder nos seus diversos níveis”. Dessa forma, preocupou-se em garantir a educação pública como “instrumento de luta para transformação social e conseqüente melhoria de condições de vida das classes trabalhadoras” (Prefeitura Municipal de Fortaleza, 1988, p. 11 *apud* Calixto, 2002, p. 93).

Diante disso, a “qualidade necessária à escola pública” proposta era aquela necessária à “transformação da sociedade” pelos “interesses” da “classe trabalhadora”, que implicava a “aquisição do saber”, o “conhecimento crítico da realidade”, e que gerou, inclusive, uma tentativa de “reformulação curricular do ensino de 1º grau” (Prefeitura Municipal de Fortaleza, 1988, p. 11 *apud* Calixto, 2002, p. 93; p. 94).

Essa preocupação de assumir propostas pedagógicas articuladas com os interesses da classe trabalhadora, e, por isso, intrinsecamente comprometidas com a transformação social fez parte de uma movimentação nacional da década de 1980 motivada, dentre outras coisas, pela “ascensão às prefeituras [...] de candidatos pertencentes a partidos de oposição ao governo militar” (Saviani, 2008, p. 413). No caso da Administração Popular de Fortaleza e do PT, oposição, inclusive, à chamada Nova República.

Dentre essas propostas pedagógicas “contra-hegemônicas”, isto é, contra a ordem social estabelecida, a educação popular, escolhida coletivamente para proposta pedagógica oficial da educação pública fortalezense no período em tela, encontra-se no grupo “centrado no saber do povo e na autonomia de suas organizações”, inspirado “principalmente na concepção libertadora formulada e difundida por Paulo Freire” (Saviani, 2008, p. 414; p. 415).

Ao mesmo tempo, entretanto, que as formulações do II Seminário Fortaleza da Gente enfatizavam essa decisão coletiva pela educação popular de base freireana, o Plano Operativo publicado em 1988 aproximava-se do grupo das pedagogias “contra-hegemônicas” que Saviani (2008, p. 415) definiu como aglutinadas em torno da “centralidade da educação escolar” e do “conhecimento sistematizado”.

Desse modo, propunham-se mais experiências institucionais, como reformulação curricular para o “ensino básico” a fim de garantir a “aquisição do saber” por parte dos filhos dos trabalhadores, que experiências extra-institucionais, a exemplo de campanhas de alfabetização de adultos, valorativas sobremaneira do saber construído pelo povo, (Prefeitura Municipal de Fortaleza, 1988, p. 11 *apud* Calixto, 2002, p. 94). Em todo o caso, havia aí consenso construído coletivamente em torno de um projeto pedagógico que melhor promovesse a conscientização das classes marginalizadas, para efetivar cada vez mais sua participação na transformação da realidade.

### **Administração popular da escola pública**

Tendo a participação popular firmado suas bases desde os Seminários “*Fortaleza da Gente*”, como mencionado acima por Calixto (2002, p. 89), a Administração tentou ser instrumento de consolidação da mesma também na educação, conforme a meta 3 do Plano Operativo para a Educação Municipal de Fortaleza, qual seja, “A democratização das relações de poder nos seus diversos níveis” (Prefeitura Municipal de Fortaleza, 1988, p. 11 *apud* Calixto, 2002, p. 93).

Nessa perspectiva, a criação do “Conselho de Representantes das Escolas Municipais”, narrada por Calixto (2002, p. 95), a partir da “Lei Municipal 6.336, de 27.10.88”, desfecha aquela necessidade apontada pelo Plano Operativo do “envolvimento sempre maior da comunidade escolar [...] nos processos decisórios e que [...] sejam ouvidos os setores da sociedade [...] existentes na localidade onde a escola se situa”, estruturando a descentralização do poder do diretor à representação de quem atua na escola, em seus diversos âmbitos (Prefeitura Municipal de Fortaleza, 1988, p. 11 *apud* Calixto, 2002, p. 95).

Vale ressaltar com Farias (2015) como a participação das classes populares produziu antíteses, deflagrou conflitos, marcou posições antagônicas entre a Administração Popular e setores

abastados da cidade de Fortaleza. Ao invés de acordos políticos com a Câmara Municipal, a Administração incentivou a “participação direta” do povo por meio dos “Conselhos Populares” (Farias, 2015, p. 521). Contrariamente ao embelezamento dos espaços turísticos e/ou nobres de Fortaleza, “concentrou recursos na construção de casas populares” (Farias, 2015, p. 521). Impediu repressão às ocupações de terras no contexto urbano, mesmo às terras privadas (Farias, 2015, p. 521).

Combater o “clientelismo”, isto é, a destinação viciada de empregos ou contratos duplos de professores também pode ser considerado esforço da Administração Popular em superar a dependência das elites que mantinham seu poder (também) às custas dessa troca de favores (Calixto, 2002, p. 97). Mesmo que esse combate tenha provocado discordâncias com a Administração até por parte do povo, o fim dos “funcionários-fantasmas” mostrava responsabilidade com as parcas finanças do município, e retirava um dos tantos meios de exploração da miséria ou enriquecimento às custas do erário público empregados pelas elites, que, em seus meios de comunicação, continuavam a retratar Maria Luiza como “incompetente” (Calixto, 2002; Farias, 2015, p. 521).

Os limites e as possibilidades apontados nesses meios para garantir um exercício do poder desde o povo, após longos anos do autoritarismo da Ditadura Militar e das elites fortalezenses, encontram-se com as “dificuldades de se implantarem propostas de transformação educacional” que as gestões municipais e estaduais de oposição à ordem dominante enfrentaram em todo o país, como afirma Saviani (2008, p. 412).

O autor em tela analisa, a respeito desse processo histórico, um movimento unitário entre as contradições das “transformações conjunturais” e o surgimento de uma “nova estrutura” social brasileira (Saviani, 2008, p. 412). As ambiguidades da conjuntura marcada pela luta popular tensionam a velha estrutura, o poder consolidado das classes dominantes. Entretanto, para que esse tensionamento ultrapasse a fase da crítica, as “transformações conjunturais” precisam ir além de si mesmas, tornando-se, de fato, nova forma do ser social (Saviani, 2008, p. 412). Aqui, nova forma de exercício do poder na educação pública municipal, qual seja, o poder popular.

### **Conclusões**

A década de 1980, da qual fez parte a Administração Popular de Fortaleza (1986-1988), caracterizou-se, na História das ideias pedagógicas no Brasil, pela militância dos professores, enquanto categoria, em defesa da educação (escolar) pública comprometida político-didático-pedagogicamente com a transformação da realidade brasileira desde as necessidades vitais da classe trabalhadora (Saviani, 2008).

Desse modo, as greves e paralisações docentes; a valorização da escola pública como importante instrumento a serviço das classes marginalizadas desde o ideário pedagógico da educação popular; e a participação popular na construção da política educacional e na direção da escola, conforme Calixto (2002), são *expressão* das ideias pedagógicas transformadoras em dimensão nacional apontadas por Saviani (2008), desde as contradições e possibilidades da realidade fortalezense.

Mais que a decepção com os erros da Administração Popular de Fortaleza ou a lamentação por sua inviabilização, é preciso assumi-la como possibilidade que foi, de fortalecimento da luta social. Da possibilidade de efetivar (por menos que tenha conseguido tal efetivação) um projeto verdadeiramente comprometido com o povo empobrecido e trabalhador, mostrando que há sim alternativa para a participação e o protagonismo populares na construção de uma (nova) sociedade.

## Referências

BARROSO, Felipe. Cineteatro São Luiz recebe o documentário *Prefeita*, de Felipe Barroso. **Secult**, Fortaleza, 12 mar. 2026. Disponível em: <https://www.secult.ce.gov.br/2026/03/12/cineteatro-sao-luiz-recebe-o-documentario-prefeita-de-felipe-barroso/> Acesso em: 22 mar. 2026.

CALIXTO, Francisco José Silva. **Memória e narrativa**: a história da educação da Administração Popular de Fortaleza (1986 – 1988). 2002. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) – Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2002.

FARIAS, Airton de. **História do Ceará**. 7 ed. rev. e ampl. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2015.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SILVA, Sarah Pinto da. **Violência política de gênero**: a gestão de Maria Luíza em Fortaleza-CE (1985-1988). 2024. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 2024.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 2 ed. rev. e ampl. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.